

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um espaço colonial: o sertão da Capitania do Rio Grande e a participação dos “paulistas” nos séculos XVII e XVIII

Mirian Silva de Jesus¹

RESUMO:

Contratados pela Coroa Portuguesa como instrumento de repressão e controle social entre os séculos XVII e XVIII, os “paulistas”, ou seja, os bandeirantes da Vila de São Paulo de Piratininga estiveram envolvidos nos conflitos das Capitânicas do Norte do Estado Brasil após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Momento este, que corresponde à colonização do sertão, compreendido como toda área que estivesse fora da jurisdição portuguesa. As resistências oferecidas pelos índios do interior do continente acabaram representando um obstáculo ao projeto colonial português. Com isso, buscamos destacar a participação dos “paulistas” durante e após a chamada “Guerra dos Bárbaros” na capitania do Rio Grande, bem como a produção desse espaço a partir do estabelecimento dos grupos mobilizados para o conflito, e as possíveis novas identidades sociais construídas por eles.

PALAVRAS-CHAVE: “paulistas”, espaço, sertão.

ABSTRACT:

Contracted for the Portuguese Crown as instrument of repression and social control between centuries XVII and XVIII, the “paulistas” or either, the bandeirantes of the Village of São Paulo of the Piratininga had been involved in the conflicts of the Captainships of the North of the Brazil State after the expulsion of the West of Indian Company (WIC). Moment this, that corresponds to the settling of the hinterland, understood as all area that was of the Portuguese jurisdiction. The resistances offered for the Indian of the interior of the continent had finished representing an obstacle to the Portuguese colonial project. With this, we search to detach the participation of “paulistas” during and after the call “Guerra dos Bárbaros” in the captainship of the Rio Grande, as well as the production of this space from the establishment of the groups mobilized for the conflicts, and possible the new social identities constructed by them.

KEYWORDS: “paulistas”, space, hinterland.

As mudanças administrativas da capitania de Pernambuco após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) na segunda metade do século XVII, e a volta da jurisdição portuguesa, através da conquista do sertão das capitânicas do Norte do Estado do Brasil, contribuíram para com o dilatamento das fronteiras. Tal movimento de expansão visava um alargamento dos domínios dos colonos abastados e de seu controle sobre a população ainda não integrada ao espaço colonial.

Nesse projeto expansionista encontramos os “paulistas”, contratados para conter as resistências oferecidas pelos grupos do sertão, seja os negros dos Palmares, seja as tribos indígenas empenhadas na “Guerra dos Bárbaros”. Por “paulistas” entendemos os sertanistas da Capitania de São Vicente, conhecidos pela historiografia como bandeirantes, mas que

¹ Mestranda em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

durante os séculos XVII e XVIII eram chamados genericamente pela zona açucareira de paulistas.

O evento impulsionador de nosso estudo, a conquista do sertão, foi pensado enquanto razão da ida dos “paulistas” para as capitanias do Norte, sendo necessário uma explanação do contexto para o entendimento da atuação desses homens na guerra. Aceitamos para isso a ação bandeirante como formadora de territórios a partir do desmembramento de um espaço já construído. O processo de dilatação da fronteira será assim entendido como algo que ultrapassa os limites da territorialidade, percebida também como uma divisória cultural, marco preciso entre grupos distintos pertencentes a espaços distintos: litoral x interior; civilização x selvageria.

Sendo assim, a retomada do território do açúcar na segunda metade do século XVII soava para Portugal como uma fase próspera, quando, pela primeira vez teria controle direto sobre as capitanias responsáveis pela produção açucareira, principal economia da colônia. Contudo, a fase que se inicia com o Segundo Período Português² se constituiu com uma crise do açúcar, a ameaça dos negros aquilombados em Palmares, e um contingente de brancos livres e *vadios* que não tinha onde se empregar (SILVA, 2003).

Ao se deparar com as dificuldades iniciais da reconquista do controle da produção açucareira, a Coroa portuguesa viu seus sonhos de riqueza desvanecer-se diante de seus olhos. A imagem esfumada começava a se tornar nítida: é o Pernambuco dos escombros. Destroçada, a capitania necessitava de reparos, o que implicava grandes despesas para uma metrópole recém separada da União Ibérica e da guerra de expulsão dos holandeses.

As transformações políticas que caracterizaram o período não se limitavam ao atrelamento da capitania à Coroa, e sim a forma como se deu este processo. A capitania que já havia sido particular, pertencente a um donatário, saíra do domínio holandês, e agora se inteirava aos territórios portugueses passando a ser administrada por um governador.

Com o crescimento nas vilas açucareiras de sua sociedade, os colonos abastados visando aumentar suas propriedades, iniciaram a expansão para o interior através de outra alternativa econômica: a pecuária. Os espaços acessórios à lavoura do açúcar foram aos poucos configurados pela pecuária, penetrando no sertão na tentativa de dota-lo de um sentido próprio: o de espaço colonial. A criação bovina parecia interessante por não precisar de mão-de-obra especializada e o baixo custo da implantação. Dessa forma, as frentes pastoris saíam

² Segundo período português – conceito empregado para designar as mudanças políticas ocorridas em Pernambuco após a expulsão da WIC e a volta da jurisdição portuguesa na segunda metade do século XVII, sendo agora capitania régia. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001

das cidades de Salvador e Olinda, pertencentes às capitânicas da Bahia e Pernambuco, respectivamente. Os territórios compreendidos pela parte norte do rio São Francisco até o Ceará foi adentrado pelas tropas saídas de Olinda.

Nesse contexto, a idéia da ocupação do sertão surge tanto da necessidade de expandir a economia quanto de desafogar os centros urbanos de elementos indesejados, no caso os pobres do açúcar. O sertão assumia, assim, caráter de terra abundante, de espaço aproveitável para onde poderia ser empurrado esse contingente populacional. Mobilizando-os, a Coroa livrava-se do excesso de colonos, e assegurava a ocupação de um novo espaço.

O sertão empregado aqui não se remete ao semi-árido, e sim a tudo que não fosse zona açucareira, todo o espaço além da colonização. Os portugueses empregavam sertão, grafado “certão, certõis”, para se referir às áreas situadas dentro de Portugal, afastadas de Lisboa, no século XIV (AMADO, 1995:145-151). Com a expansão ultramarina e a transmissão do pensamento ocidental para as colônias, a palavra servirá para designar os espaços vazios, longe do litoral.

Em fins do século XIX, os estudos de Capistrano de Abreu (ABREU, 1988) e suas contribuições para historiografia brasileira sobre a construção histórica da idéia de sertão, despertou o interesse para o tema e a origem etimológica da palavra como proveniente de *desertão*, de deserto. Entretanto, esses espaços definidos como “desocupados” eram, na verdade habitados por várias tribos indígenas. Nesse caso, não se trata do deserto físico, mas sim da ausência de vassallos do rei, dos corpos fora do domínio real, que estavam por isso fora da condição de existência, configurando o sertão como um espaço vazio. De acordo com Cristina Pompa ao traçar um parâmetro desses opostos:

A região colonial é o ‘cheio’ do espaço preenchido pela colonização, mundo da ordem estabelecida pelas duas instâncias de poder: a Igreja e o Estado. O sertão, em oposição, é o território do vazio, domínio do desconhecido e, por isso mesmo, reino da barbárie e da selvageria. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão.(POMPA, 2003:227).

Destarte, do território arrasado das tribos indígenas, brotaria um espaço civilizado. A noção de espaço entendida enquanto um lugar praticado (CERTEAU, 1994), o qual adquire sentido a partir da interação e movimentação dos corpos é por nós destacada para o entendimento do sertão das Capitânicas do Norte ao tornar-se espaço após a conquista. A ocupação do território pelos vários grupos sociais envolvidos, desde colonos, sesmeiros, missionários e “paulistas”, a tropas de negros e índios, tinha como intuito estabelecer as bases

de povoamento colonial, ou seja, “varrer” os índios, assegurando o domínio sobre novas terras. O sertão acabou se constituindo como o avesso do litoral, da zona canavieira civilizada por excelência.

A expansão da economia, e conseqüentemente da fronteira, criou novas áreas de contato e atrito com grupos indígenas do interior que se encontravam fora do domínio militar e missionário. O encontro dessas duas culturas, resultado do fluxo populacional contínuo para o interior, desencadeou uma série de eventos denominados como “Guerra dos Bárbaros”, termo pejorativo para designar os povos que não se enquadravam na “civilização”.

Os maiores embates enfrentados pelas frentes saídas de Pernambuco e Paraíba foram às margens de rios do Rio Grande, chegando ao Ceará, principalmente nas ribeiras dos rios Piranhas-Assú e Apodi-Mossoró (MONTEIRO, 2001:7-33). O conflito se alastrou das ribeiras dos rios Açu e Jaguaribe, à região do Piancó, Seridó e o São Francisco.

A capitania do Rio Grande, que também sofrera as conseqüências da guerra com os holandeses, precisou restabelecer a ordem política, ativando forças para ajudar a restaurar a economia da terra. Em 1659, após a expulsão dos holandeses e o restabelecimento do Senado da Câmara em Natal, foram publicados avisos nas capitanias vizinhas para que os colonos viessem ocupar suas terras no prazo de seis meses, caso contrário, seriam consideradas devolutas.

Essa medida, tomada pelo capitão-mor Antonio Vaz Gondim, tinha como finalidade atrair novamente moradores para o Rio Grande. Como resultado, o mesmo governador acabara conseguindo trazer 150 moradores e três companhias de infantaria para a recolonização. Até antes dessa decisão, as terras do litoral do Rio Grande se encontravam praticamente desocupadas pelos colonos, e pelos índios aliados dos holandeses, que acabaram fugindo para o interior por medo do contra-ataque português (LOPES, 2003: 125-6).

A colonização do sertão da capitania do Rio Grande só ocorreu de forma mais intensa no final de 1670 e início de 1680, não sendo de maneira pacífica. Pois, esse período coincide com o começo da Guerra do Açu, quando os grupos indígenas organizaram a resistência com o intuito de defender suas terras. Tal evento seria caracterizado pela série de conflitos desencadeados entre colonos e índios do interior, como reação ao movimento expansionista dos portugueses, provocando o devassamento da região, e se concluindo com o aniquilamento de poderosas tribos indígenas.

O Rio Grande acabou sendo o palco das maiores batalhas ocorridas durante o conflito iniciado em 1683, mas que obteve maior relevância no ano de 1687. Contra os

soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa que estavam empenhados em “abrir” espaço para criação de gado, vários grupos indígenas se envolveram na guerra.

A princípio foram mobilizadas as tropas regulares³, e as ordenanças para conter a guerra. Mas quando essa resistência começa a se fazer mais ferrenha e organizada, a iniciativa militar dos colonos não foi mais suficiente, tendo que recorrer aos “paulistas”. Esses homens, designados ao empreendimento da conquista, tinham não só como dever guerrear contra as tribos rebeladas, como também o de estabelecer as bases para o povoamento colonial.

Apesar de preocupada em colonizar, garantindo o território então ocupado de prováveis invasões estrangeiras, a atuação da Coroa limitou-se a concessões de sesmarias. No mais, permanece dando atenção as vilas açucareiras, deixando o sertão a cargo de poderes particulares.

A colonização do sertão se deu principalmente a partir da iniciativa privada, já que a Coroa por muito tempo relegou essa área por não possuir uma exploração econômica efetiva voltada para a exportação. Assim, na intenção de produzir uma atividade complementar, são os colonos que vão buscar o estabelecimento no interior.

Dessa forma, a tarefa dos conquistadores do sertão das capitâneas do norte segue os moldes iniciais da colonização, onde ficava a cargo dos donatários a instalação de algum produto para o mercado externo, a defesa do território de invasões estrangeiras e as resistências internas.

Considerados como mais aptos a percorrer sertões e aprisionar índios, o discurso vendido pelos “paulistas” a fim de conseguir vantagens com seus serviços, foi aceito pela administração portuguesa para que os mesmos fossem empregados como mão-de-obra bélica nas guerras do norte. E era esse esperado sucesso nas incursões feitas pelos “paulistas” que assegurava seu prestígio, permitindo que eles fizessem suas exigências, como a de escravizar os índios e negros conquistados, receber sesmarias e patentes.

As condições geográficas da Capitania de São Vicente não eram propícias a cultura de nenhum produto exportável, sendo considerada como zona marginal do sistema Atlântico (ALENCASTRO, 2000: 194). A estreita faixa litorânea de São Vicente, tida como inaproveitável devido aos terrenos baixos, mangues e pântanos imprestáveis para a agricultura, se opunha ao planalto constituído de terras altas, de clima temperado. Além do que ofereceria também atrativos econômicos como a presença das inúmeras tribos indígenas

³ Milícias: tropas auxiliares, organizadas em terços de base territorial – comarcas, freguesias -, não remuneradas, a não ser quando em serviço ativo. SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 78.

que lá habitavam, necessárias para o abastecimento de mão-de-obra. Em um lugar mais plano, os colonos procuraram se fixar, mas se os campos de Piratininga ofereciam como vantagem um terreno limpo e propício à instalação humana, a formação do solo em si de caráter argiloso, não dava condições para o desenvolvimento de nenhum tipo vegetativo denso, dando lugar a um vasto descampado, que impedia o favorecimento da cultura de algum produto voltado para o mercado externo. Daí os moradores da vila de São Paulo de Piratininga buscarem no apresamento indígena a base para sua economia, inclinando-se desde a segunda metade do XVI para o sertão em busca de índios e metais preciosos.

Segundo Pedro Puntoni, a razão da contratação dos “paulistas” para a “Guerra dos Bárbaros” estava ligada a experiência em percorrer os matos e o conhecimento das táticas de guerra dos índios - a guerra brasílica - que tinha como fundamento imitar o modo de guerrear dos índios. (PUNTONI, 2002: 200).

Nos discursos proferidos nas correspondências administrativas dos séculos XVII e XVIII, presentes na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, encontra-se uma enorme carga de elementos persuasivos empregados pelos governadores e capitães-mores das capitanias envolvidas nos conflitos a fim de deslocar os “paulistas” para os locais mais necessitados. Estaremos utilizando os discursos proferidos durante o momento da “Guerra dos Bárbaros” a respeito dos “paulistas” como forma de elucidar o que foi a presença desses homens nas Capitanias do Norte.

No caso da “Guerra dos Bárbaros”, no ápice dos conflitos na capitania do Rio Grande, percebemos na carta do governador geral Dom João de Lencastro aos oficiais de São Paulo a intenção de persuadi-los para que seus moradores fossem dar um fim a guerra, visto que eles seriam os mais indicados para realização de tal trabalho. E escreve:

E desejando eu acudir, com o remédio mais efficaz, á ruína dos moradores da dita Capitania, e com o castigo mais prompto á insolência daquelles Barbaros, escrevi também a Sua Magestade, sobre este particular apontando-lhe que o meio mais infallivel, para esta Conquista, era mandar Sua Magestade formar a essa Villa, um terço de Paulistas, e que seus officiaes, pareceram úteis, para esses moradores. (DH. 11:254-7).

Nesse trecho, podemos ver o esforço do governador geral para convencer as demais autoridades da importância da entrada do terço dos “paulistas” na guerra, acreditando na capacidade militar dos mesmos. Essa impressão não foi compartilhada por todos, que muitas das vezes rejeitavam a presença dos moradores de São Paulo.

Para a zona açucareira, os “paulistas” não eram os elementos indicados para “civilizar” região alguma, afinal o planalto paulista também era uma região ainda não inteiramente conquistada.

Na verdade, o próprio encontro entre os “paulistas” e os colonos do litoral canavieiro representava um choque cultural.

Podemos apontar ainda os acontecimentos do Quilombo dos Palmares, quando em carta ao Rei, o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro demonstrava claramente que não era de bom grado ter a presença dos “paulistas” nas terras conquistadas dos negros palmarinos, alegando:

Não julgo será útil ao Real serviso de V.Mag.^e que aquella gente [os “paulistas”] fique fazendo sua morada nos Palmares porque experimentarão as Capitánias vezinhas maior Danno em seus Gados e Fazendas que lhe fazião os mesmoz Negros levantados; e assim me parese que V.Mag.^e lhe não deve dar Terras naquelles destritoz e que em honrrar ao Mestre de Campo com hum Abito de Christo e algua tença lhe premea o que obrou naquella guerra em aqual se não deve atender ao comtrato que o dito Mestre de Campo fes com o governador João da Cunha Souto-Maior e que V.Mag.^e foy srvido comfirmar [...]. (ENNES, 1938: 197-9).

A preocupação de Caetano de Melo e Castro era impedir que as terras de Palmares, defendidas como as melhores da capitania de Pernambuco fossem entregue aos moradores da Vila de São Paulo, visto que os moradores correriam riscos tão grandes como os oferecidos pelos próprios quilombolas. E essa visão era partilhada não só entre os governadores ou capitães-mores que sentia seu domínio ameaçado, mas por toda zona açucareira. Ou seja, para a elite da zona açucareira o melhor era ter os “paulistas” o mais longe possível, após terem realizado a conquista. O mais cômodo seria encontrar uma outra forma de negociação que não fosse baseado na doação das terras dos Palmares.

As relações com os bandeirantes de São Paulo foram destacadas por outros adeptos fervorosos que buscavam, sobretudo, ressaltar a aparência dos sertanistas que viviam como verdadeiros “bugres”, homens do mato que desconheciam os bons costumes. A referência mais comentada dos últimos tempos se deve ao Bispo de Pernambuco Francisco de Lima quando expressou sua opinião quanto à impressão que teve ao estar com o sertanista Domingos Jorge Velho:

Esse homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua [isto é, interprete], porque nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete índias concubinas e daqui se pode inferir como procede no mais; tendo sido a sua vida, [...] até o presente, andar metido pelos matos à caça de índios, e de índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os granjeios dos seus interesses. (ENNES, 1938: 352-6)

Segundo a fala do Bispo de Pernambuco, o perfil do mestre de campo não se assemelhava às descrições de um militar requisitado, e nem poderia ser diferente. A Vila de São Paulo também se tratava de um sertão, dispersa das amarrações da região colonial.

Assim, a ação bandeirante se dava pela desocupação de território, através do arrasamento de tribos indígenas, subsidiando a expansão das fronteiras, não tendo um comprometimento com a colonização, baseada na abertura de espaços que possibilitassem uma nova ocupação. Para Robert Moraes, “A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas.”(MORAES, 2000:91). E é dessa apropriação das populações que os bandeirantes mantinham-se, sendo elas sua principal força de trabalho.

Em essência, as incursões paulistas, sob a ótica de John Manuel Monteiro, não se constituíram enquanto um empreendimento geopolítico de expansão territorial, mas como ação despovoadora dos povos nativos (MONTEIRO, 2000:92).

Ainda sobre as imagens atribuídas aos “paulistas”, refletimos acerca da historiografia do início do século XX⁴, momento esse que corresponde ao engrandecimento do passado glorioso de São Paulo, visando destaca-los como aventureiros, audaciosos e corajosos. As elites paulistas esforçavam-se para mostrar uma raça própria, de característica singular, particularizada pelo meio que a isolava, garantindo assim sua hegemonia.

Decorrente da necessidade de justificar e exaltar os feitos heróicos dos bandeirantes, a historiografia dessa época buscava pensar acima de tudo esses indivíduos enquanto elementos únicos, diferenciados pela sua natureza.

No entanto, sob o reflexo das produções historiográficas mais recentes, e dos relatos descritos na documentação do período, entendemos que o papel dos “paulistas” servia antes de tudo para empurrar o indígena, avançando com a “região colonial”.

Percebemos então, as visões que as autoridades tinham sobre eles, ora tidos como elemento auxiliar na conquista dos negros e índios, ora como um empecilho à retomada da colonização. Durante a fase de maior necessidade da ação dos bandeirantes nos conflitos, as autoridades esforçavam-se em persuadi-los para que fossem ao local do embate. Não mais necessitando dos seus serviços, sua presença deixava de ser importante, voltando a ser visto como selvagem pelos habitantes da zona açucareira.

FONTES IMPRESSAS

CARTA para a Câmara da Villa de São Paulo sobre o terço que vae levantar o Mestre de campo Manuel Alvres de Moraes Navarro. Bahia, 19/10/197. **DH.11: 254-7.**

⁴ Dentre as produções de fins do século XIX e início do XX, chamamos atenção para: MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante** (1929); MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros** (1955); RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** (1940); VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** (1920); TAUNAY, Affonso de E. **A Guerra dos Bárbaros**. (1936).

CARTA de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694 em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES. Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p.197-199.

CONSULTA da Juncta das Missões de 29 de outubro de 1697 sobre as cartas do Bispo e Gov.^{or} de Pernambuco em q.^o representão a falta de igrejas e párocos nos Presídios dos palmares, e Certão de Rodellas delictos q.^o se commettem neste certão; e dissolução com q.^o vie o m.^o de campo do presídio das alagoas. In: ENNES. Op. Cit. p. 352-6.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial 1500-1800** – Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. As Artes do Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história) 1º v. Domingos Jorge Velho e a ‘Tróia Negra’. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

MONTEIRO, Denise Mattos. “Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre – RN)”. **História Econômica & História de Empresas**, v. IV, n. 2, p. 7-33, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra** – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec: Editora da Edusp, 2002.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **“Nas Solidões Vastas e Assustadoras”** – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, 2003. (Tese de Doutorado).

TAUNAY, Affonso de E. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1995.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. v.1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987. Niterói: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1987.